

Discurso de Posse

Permitam que inicie minha oração, agradecendo. Agradecimento pela renovada honra que me concedem os ilustres membros do Instituto, escolhendo-me, pela segunda vez, para presidir a mais importante e antiga Casa de Cultura Jurídica das Américas. Tenho plena consciência do que representa dirigir esta Instituição, bem como da responsabilidade que o cargo me impõe. Primeiro presidente reeleito na história do Instituto dos Advogados Brasileiros, mercê da confiança que minha diretoria adquiriu, devo assinalar que este grupo competente e dedicado vem buscando empenhadamente cumprir seus deveres estatutários.

Relendo discursos de vários ex-presidentes, disponíveis em nosso site, fiquei a lamentar que a história brasileira se repete e prorroga-se, década após década, as mesmas queixas contra a injustiça social, a violação aos direitos humanos, a ausência de políticas públicas de efetiva inserção social das classes menos favorecidas e a resistência do Poder Executivo em cumprir normas constitucionais. Normas constitucionais que demandariam tempo para relacionar. São temas que se repetem nos discursos porque não saem da pauta da vida nacional. A conduta delituosa de parcela de membros do Congresso Nacional constitui realidade que suplanta décadas.

Todavia, mais graves do que as mazelas do Executivo e as do Legislativo, chocam a nacionalidade as incríveis revelações de ilícitos praticados por membros do Poder Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça, reclamado durante anos pela advocacia brasileira, traz à cena fatos da maior gravidade, que conspurcam um Poder que tomávamos com timbre de sacralidade. Receptáculo das esperanças de reparação das lesões a bens e interesses, a Justiça vive um de seus piores momentos. Desinteligências públicas entre membros da Suprema Corte atordoam a população.

É dever das instituições de advogados, do Ministério Público e do Judiciário envidar todos os esforços visando restaurar moralidade, honestidade e ética nos três poderes. É uma exigência inafastável, imperiosa e urgente! O amadurecimento democrático exige transparência e controle público, notadamente dos detentores de

mandato popular. O Brasil ocupa, ainda, a 73ª. posição no ranking sobre a corrupção, conforme relatório elaborado pela Transparência Internacional, no ano de 2011.

Ademais, o jurisdicionado ressentem-se de notória insegurança pela falta absoluta de convicção quanto ao provável pronunciamento dos tribunais sobre qualquer tema, mesmo aqueles tratados em súmulas de jurisprudência. Não há advogado capaz de fazer qualquer prognóstico e assegurar a seu cliente que tenha fé na Justiça. Isto porque nem ele, nem ninguém, consegue prever qual será o resultado de demanda que se ponha em juízo. Há decisões antagônicas sobre qualquer tema e em qualquer Corte. Isto significa insegurança jurídica.

Os regimentos internos e regulamentações emanadas de cada tribunal violentam a legislação processual, sem a menor cerimônia. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e o de São Paulo criaram um denominado plenário virtual, permitindo que seus membros votem, por troca de mensagens, as matérias contidas em recursos em que os advogados não façam sustentação oral, como é o caso dos embargos de declaração e agravos. Indubitavelmente, julgamentos feitos desta forma violam, pelo menos, a regra constitucional de publicidade das decisões.

Os tribunais de segundo grau continuam a fazer o obséquio de impedir o processamento dos recursos constitucionais, cada vez mais cercados de exigências e questiúnculas, estabelecidas pelos próprios tribunais superiores para, nitidamente, barrar o exercício do direito ao recurso. Travestem-se de legisladores, para, a qualquer deslize, desprezar sem exame o direito reclamado. A novidade, agora, é que estes mesmos tribunais de segundo grau passaram a indeferir a subida dos agravos de instrumento contra as decisões denegatórias de seguimento dos recursos constitucionais ao Superior Tribunal de Justiça ou ao Supremo Tribunal Federal.

Como se vê, a cidadania tem lutar, e muito, para ser recebida nos tribunais superiores deste país.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. César Peluso, deixou o comando da Corte, não sem antes sugerir ao Congresso Nacional, uma proposta de emenda constitucional, pela qual pretende tornar definitivas, portanto exeqüíveis em qualquer matéria, cível e criminal,

as decisões proferidas pelos tribunais de segundo grau. O pretexto é o abarrotamento dos tribunais superiores, causador da morosidade na prestação jurisdicional. A denominada PEC Peluso significa o reconhecimento de que o Judiciário brasileiro está doente, e não quer se aparelhar para atender à demanda dos jurisdicionados, alheio à óbvia e muito atrasada ampliação da composição do Superior Tribunal de Justiça.

Acesso à justiça é - inequivocamente - pré-condição para a democracia e creio não estar errado ao afirmar que a tendência que se observa nas atuais propostas de reformas processuais são regras supressoras em boa medida do dever do Estado de propiciar acesso de todos ao Judiciário, garantindo o direito à produção da prova, o contraditório e, especialmente, os recursos inerentes ao exercício da ampla defesa, como determina a Constituição da República.

- . -

Isto dito, peço licença para, com muito orgulho, fazer uma breve resenha de nossas realizações no biênio que se encerra:

A inflamada discussão dos dispositivos da Lei Complementar 135, denominada Ficha Limpa, mobilizou o Instituto nos primeiros meses de nosso, prorrogados os debates por várias sessões plenárias, culminando com a aprovação do parecer eximamente preparado pelo Min. Célio Borja, Vice-Presidente da Comissão Permanente de Direito Constitucional, encerrando o entendimento majoritário do Instituto no sentido da constitucionalidade da lei e sua aplicabilidade imediata. Tive a honra de portar o parecer a cada membro do Supremo Tribunal Federal, tendo absoluta certeza de que fornecemos à Suprema Corte importantes subsídios para a decisão que veio a ser proferida, exatamente na esteira do parecer, ainda que por apertada maioria de votos.

A Comissão de Direito Penal, tomando como base parecer que elaboramos no biênio anterior, quando tive a honra de presidi-la, preparou um texto alternativo - um Código completo -, para contrapor várias previsões do projeto de Código de Processo Penal preparado pelos juristas nomeados pelo Senado. Confiamos que nosso texto contribuirá substancialmente para um regramento processual penal garantista, a proteger adequadamente o acusado em face do Estado. Desta forma, nossa proposta, sem emendas, foi apresentada à Câmara

pelo eminente Deputado Federal fluminense Miro Teixeira, transformando-se no Projeto de Lei da Câmara nº 7987/2010.

Nossa Comissão Permanente de Processo Civil preparou emendas ao projeto de novo Código, de autoria de uma comissão presidida pelo Ministro Luiz Fux. Todas as emendas do IAB foram encaminhadas ao exame da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, sendo certo que 90% delas foram acolhidas pelo Senador Francisco Dornelles e parcialmente aproveitadas na Câmara Alta. Chegando à Câmara dos Deputados, as emendas do IAB, não aproveitadas pelo Senado, foram reapresentadas por alguns Deputados Federais, tendo neste plenário se realizado audiência pública capitaneada pelo Deputado Hugo Leal.

Muito honrado, o IAB foi sede, neste Plenário, de reunião da comissão de juristas presidida pelo Ministro Herman Benjamin, encarregada de atualizar o Código de Defesa do Consumidor, em concorrida audiência pública, que contou com contribuição de vários colegas, com ampla liberdade de voz para formular propostas. Destaco a excelente receptividade dos membros da comissão, vários dos quais integram o quadro de membros do Instituto, a exemplo da Prof. Ada Grinover e a Prof. Claudia Lima Marques. As complexas relações de consumo por meio de internet, a questão do superendividamento e as alterações no processo judicial dos feitos relativos ao consumidor foram os principais temas discutidos.

Este mesmo plenário foi, ainda, palco de outra audiência pública com a Comissão do Senado da República que está, neste momento, tratando da reforma da legislação penal, em vias de propor um projeto de novo Código Penal. Durante várias horas, desenvolveu-se debate sobre a reforma penal, enfrentando-se a tendência muito clara de endurecimento cada vez mais grave do sistema de direito penal, embalada na equivocada idéia de que a questão da criminalidade passa pela má qualidade das leis em vigor. Integram a comissão de juristas nosso Diretor Dr. Tecio Lins e Silva e dois outros colegas de Instituto, Profs. Rene Ariel Dotti e Marcelo Leonardo.

Um dos processos mais tormentosos apreciados pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2011 dizia respeito ao pedido de extradição de um cidadão italiano acusado de crimes de homicídio em seu país, para o

qual o Estado brasileiro concedeu asilo. As importantes questões relacionadas com o caso foram amplamente discutidas no IAB por intermédio das Comissões de Direito Constitucional, de Direito Internacional Público e de Direito Penal, suscitando igualmente acalorados debates sobre as singulares questões em apreço.

O IAB, nesta gestão, habilitou-se pela primeira vez perante a Suprema Corte como "amicus curiae". Em dois procedimentos, resultou certo que se trata de instrumento de que precisamos continuar a nos valer, sempre que nossa Instituição entender que deva apresentar suas apreciações e orientações sobre temas de relevância para o país, no âmbito de discussões em juízo.

A pujança dos trabalhos das várias comissões temáticas permanentes do Instituto resulta na discussão e votação de, pelo menos, três pareceres a cada semana neste plenário, o que representa mais de uma centena por ano, no último biênio, animando presença maciça e participativa de membros.

Por outro lado, nestes dois anos que se findam, filiaram-se ao Instituto mais de 150 novos sócios, cabendo anotar que se trata de colegas com respeitável currículo, apresentando trabalhos jurídicos avaliados por rigorosa Comissão de Novos Sócios. O IAB se renova e exhibe auspiciosa vitalidade acadêmica.

Recuperamos o prestígio do Instituto!

Resta ampliá-lo, resultado que depende da preservação da união, interesse e atividade dos colegas. Já não somos mais referidos como o órgão que criou a OAB em 1930, ou que muito atuou na abolição da escravidão, como se fossem êxitos perpétuos. Passado glorioso, mas passado: olhemos para frente, contribuindo decisivamente para o progresso nacional.

Devo, por conseguinte, manifestar a todos os membros da Casa minha comovida gratidão pelo dedicado amor que manifestam pelo estudo, pela produção acadêmica, enfim, pelo desenvolvimento de nosso Instituto. A gestão que termina não teria o quê celebrar se as propostas da diretoria não tivessem completa acolhida pelo corpo de

sócios, e, assim, capturando o precioso concurso dos membros que se dedicam ao profícuo trabalho intelectual. Registro ainda o concurso dos zelosos funcionários da Casa por indispensáveis e sempre solícitos e participativos.

Propostas para o novo biênio:

Vão-se quase cento e setenta anos da criação do Instituto por aviso imperial de 1843. Iremos celebra-los, em agosto de 2013, realizando um esplêndido Congresso, de que participarão os mais importantes juristas brasileiros. Desde hoje convoco meus pares a meditar sobre a organização deste evento.

Reafirmo que consolidamos o Instituto dos Advogados Brasileiros como importante centro dos debates, e que nossa voz continuará a ser ouvida e nossas opiniões serão aguardadas e acatadas pela comunidade jurídica, pela população e pela mídia, mercê da qualidade técnica e da independência dos que integram esta vetusta instituição cultural, antiga na idade, todavia moderna e vibrante nas suas manifestações.

Sob o ponto de vista administrativo, realizaremos, em definitivo, a mudança do acervo de nossa Biblioteca para as instalações cedidas pela OAB e pela CAARJ. Nossa Biblioteca deve ser um centro dinâmico de divulgação do saber, não apenas porque possui uma coleção centenária de obras jurídicas, mas porque precisa e será adequada ao estudo por todos os consulentes, profissionais e estudantes. Pretendo, se as finanças permitirem e um bom patrocínio vier, digitalizar todas as obras que formam a coleção de mais de 60.000 títulos. Peço a ajuda de todos para que tenhamos nossos livros disponíveis, em formato que habilite o acesso por internet a este rico patrimônio a qualquer pessoa do povo.

A Biblioteca vai-se instalar brevemente no segundo andar desta Casa do Advogado. Já obtivemos parecer afirmando a capacidade estrutural deste prédio, assim como um projeto de arquitetura. Vamos, pois, disparar o processo de mudança física e reestruturação da sede do Instituto, matéria que irá envolver todos os diretores em nossas próximas reuniões. No novo andar, abrigaremos também o Museu do

Instituto que coleciona peças de ilustres advogados que aqui pontificaram.

Continuaremos a realizar nossas caravanas culturais nas universidades. Trata-se de atividade extremamente importante que iniciamos nesta gestão e precisamos dar curso. A receptividade do mundo universitário é cativante e nos incita a prosseguir.

Permaneço muito preocupado com a mercantilização do ensino jurídico, a aquisição de universidades inteiras por empresas estrangeiras, que motivaram até mesmo o lançamento de ações no mercado de bolsa de valores. A reação da OAB à multiplicação de faculdades de direito, como lojas em "shoppings centers", tem do Instituto dos Advogados Brasileiros total e irrestrito apoio, ainda que saibamos que os interesses que dominam este mercado sobrepujam as forças de nossas respectivas instituições.

Não foi por outra razão que o IAB apresentou-se como "amicus curiae" perante o Supremo Tribunal Federal, por via de petição habilmente produzida pelo sócio Ivan Nunes Ferreira, na busca de preservar o chamado exame de ordem, que constitui meio de avaliação do novo bacharel em sua capacidade de exercitar seu munus, com qualidade mínima.

Estamos prestes a discutir, também e neste preciso momento, o projeto de lei em trâmite na Câmara dos Deputados, que pretende instituir um novo Código Comercial, discussão que já está instalada na Comissão Permanente de Direito Empresarial, aberta a todos os interessados. Já recebi e aprovei proposta de trabalho que contará com o concurso de juristas de dentro e de fora do IAB.

No próximo mês de junho de 2012, instala-se no Rio de Janeiro a Conferência da ONU Rio+20, que reunirá líderes do mundo para discutir o desenvolvimento sustentável do planeta. O evento, realizado vinte anos depois da Eco92, terá o IAB como entidade consultora e nossa distinta Comissão Permanente de Direito Ambiental prepara-se para este evento.

Senhores,

Vamos continuar a oxigenar o IAB! Promovendo ampla divulgação de nossos trabalhos, por meio de sites sociais e noticiário disparados semanalmente para um universo de mais de 25.000 usuários de internet cadastrados. Toda nossa programação é divulgada, chamando o usuário para leitura dos pareceres que serão votados em cada plenária. A Revista Digital apresenta artigos e pareceres mais importantes, acessível na página virtual do Instituto. Convites para nossos eventos são divulgados pela internet, mídias sociais. A cada mês nosso site tem recebido mais de 7000 acessos.

Não posso deixar de consignar especial agradecimento ao Dr. Mauricio Dinepi, Presidente do Jornal do Commercio, que nos obsequiou com coluna semanal, publicada todas as segundas-feiras naquele importante e tradicional diário. Ali se publicam noticiário do Instituto e as deliberações de cada plenária, mas primordialmente artigos curtos de qualquer de nossos associados, envolvendo matérias jurídicas de toda ordem ou eventos do mundo da Política e da Justiça.

A diretoria eleita está composta por colegas de elevada cultura e experiência em suas respectivas áreas de atuação em renovado ânimo de trabalhar. Reitero aqui os agradecimentos os diretores que se vão, não pairando qualquer dúvida de que continuam necessários à Casa e esta é a minhas expectativa.

Renovo meu mais sincero agradecimento pelo apoio que sempre recebi de ex-presidentes e ex-diretores desta Casa, enfim, de todos os colegas. Muito grato aos membros do Conselho Superior pelo suporte a esta presidência.

Reconheço e identifico em todos o amor que devotam à instituição. Concito meus colegas a participar desta nova empreitada, sabendo que contarão, incondicionalmente, com o entusiasmado concurso desta diretoria, para todos os projetos que pretendam aqui realizar. Tenho confiança de que realizaremos outra gestão muito produtiva.

Meu pai voltou a ter seu retrato neste salão principal, daqui retirado indebitamente. Retrato que foi ali posto há mais de vinte anos, por decisão soberana do plenário. Perdi meu mestre exemplar há vinte e sete anos.

Dali, parece ele observar esta mesa diretora, me inspirando e guiando, apontando sempre para os mais altos valores de nossa profissão, exigindo-me a busca de uma vida profissional digna e competente, como ele viveu ao longo de sua curta e luminosa existência.

Minha mãe já não se apresenta neste plenário, como na festa anterior. Meus filhos, Christiano e Rodrigo, minha esperança, sabem da gratidão, reconhecimento, orgulho e amor paterno. Filhos que se tornaram sócios e cuja atividade em nosso escritório suplementa, com qualidade e superação, as minhas inevitáveis ausências. E minha mulher Christina que me cuida e me dedica o amor e a amizade que lhe retribuo.

Obrigado, amigos! Pela presença e pelo estímulo!

Presidente Dr. Fernando Fragoso
25 de abril de 2012.